

ANEXO VIII

AValiação DA SITUAÇÃO Financeira E Atuarial DOS Poderes DO Distrito Federal (Art. 4º, § 2º, IV, da LRF)

1. Introdução

Com o advento da Emenda Constitucional nº 20/1998 e o disposto na Lei nº 9.717/1998, ficou determinada a obrigação de que o funcionamento dos regimes próprios observem as normas gerais de contabilidade e atuária, de maneira a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial ao sistema.

Este relatório apresenta os resultados da Avaliação Atuarial do compromisso relativo aos segurados vinculados ao Distrito Federal.

Os resultados foram obtidos considerando base de dados encaminhados via Internet, posicionada em setembro de 2007, não tendo havido qualquer acréscimo aos valores apresentados.

Essas informações foram criticadas e, conforme orientação do responsável pela base de dados, ajustadas, não tendo sido relevantes esses ajustes.

2. Histórico

A instituição do RPPS no Distrito Federal teve seu início quando da publicação da Lei nº 3.751/60, que estabeleceu que fosse aplicado o Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União, Lei nº 1.711/52.

Em 1991, o GDF sancionou a Lei nº 197/91, que recepcionou o RJU da Lei nº 8.112/90.

Embora a criação do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Distrito Federal – IPASFE – tenha sido determinada pela Lei nº 260 de 05 de maio de 1992, publicada no DODF em 07 de maio de 1992, este ainda não desempenha qualquer atividade de gestão previdenciária ou de qualquer outra natureza, motivo pelo qual encontra-se em tramitação na CLDF, o projeto PLC-070/08.

O estudo foi desenvolvido tendo como base o disposto na seguinte Legislação:

- Lei nº 260 de 05 de Maio de 1992
Autoriza a criação do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Distrito Federal e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 232 de 13 de Julho de 1999
Dispõe sobre a alíquota de contribuição para a Previdência Social dos Servidores Públicos ativos e inativos e dos pensionistas dos Poderes do Distrito Federal, suas autarquias, e fundações públicas.
- Lei Complementar nº 700 de 4 de Outubro de 2004
Altera redação da Lei complementar que menciona e dá outras providências.

- Decreto nº. 25.253 de 21 de Outubro de 2004
Fixa a alíquota de contribuição do Distrito Federal pra custeio da previdência de que trata o artigo 40 da Constituição Federal.
- Lei nº 716/06, de 25 de janeiro de 2006, alterou a Lei nº 700/04, que por sua vez alterou a Lei Complementar nº 232/99, alterando o percentual de 22% (vinte e dois por cento) para o dobro da contribuição do servidor ativo.
- Decreto nº. 26.983 de 10 de julho de 2006, revoga o Decreto nº 25.253 de 21 de outubro de 2004.

3. Plano de Benefícios

Foram avaliados os seguintes benefícios, admitindo a concessão e a definição do valor de acordo com a legislação vigente.

I - Quanto aos segurados:

- aposentadoria por tempo de contribuição;
- aposentadoria especial;
- aposentadoria por idade
- aposentadoria por invalidez;
- auxílio doença
- salário maternidade;
- salário família

II - Quanto aos dependentes:

- pensão
- auxílio reclusão

4. Bases Técnicas

4.1. Regimes Financeiros

Todos os benefícios assegurados pelo Plano de Benefícios foram avaliados no Regime de Repartição Simples.

4.2. Tábuas Biométricas

Evento Gerador	Tábua Utilizada
Mortalidade Geral	AT-49
Sobrevivência	AT-49
Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas
Mortalidade de Inválidos	IAPB 57
Morbidez	Experiência Regional

As hipóteses quanto à rotatividade e novos entrados foram admitidas como nulas

4.3. Outras Premissas:

- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários e benefícios – 1;
- Taxa de juros – não aplicável;
- Taxa real de crescimento dos salários por mérito – não aplicável para a avaliação atuarial e 1% a.a. para a projeção de receitas e despesas;
- Taxa de projeção de crescimento real dos salários por produtividade – 0% a.a.;
- Taxa de projeção de crescimento real dos benefícios do Plano por produtividade – 0% a.a.;
- Composição familiar – não aplicável para a avaliação atuarial e experiência regional para a projeção de receitas e despesas;
- Salário mínimo – R\$ 380,00;
- Teto de remuneração – R\$ 22.111,25;
- Compensação financeira – admitida com base na experiência atual como fator redutor de 7,67%

5. Estatísticas – posição setembro/2007

Os dados que nos foram encaminhados, podem ser resumidos conforme apresentamos no quadro a seguir:

População Coberta	Quantidade		Remuneração Média		Idade Média	
	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino
Ativos	52.247	26.749	R\$ 3.685,69	R\$ 3.977,00	43	46
Aposentados programada	16.985	8.281	R\$ 4.375,30	R\$ 4.731,20	63	69
Aposentados por Invalidez	1.987	1.679	R\$ 2.870,88	R\$ 3.847,70	60	67
Pensionistas	6.876	1.765	R\$ 2.599,21	R\$ 2.453,69	58	44

6. Plano de Custeio

Observando o disposto na LC nº.232 de 13 de Julho de 1999 na LC nº.700 de 4 de Outubro de 2004 e na Lei nº 716/06 de 25 de janeiro de 2006, observamos para o cálculo os seguintes percentuais de contribuição:

Contribuintes do Sistema		Percentual de Contribuição
Patrocinador		22% da folha de segurados ativos
Servidor Efetivo	Ativo	11% da remuneração
Servidor Inativo		11% da parte do benefício que ultrapasse ao teto de benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência
Pensionistas		11% da parte do benefício que ultrapasse ao teto de benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência

Considerando o regime financeiro que foi adotado caberá ao Ente a cobertura de recursos faltantes caso necessário.

7. Resultados Atuariais

7.1. Benefícios Concedidos

Foram apurados os seguintes valores anuais relativos aos assistidos, já considerando a estimativa quanto ao recebimento do COMPREV:

		R\$ 1,00
Tipo de Benefício	VABC	
Aposentadorias		1.508.311.359,68
Pensão por Morte		266.508.320,77
Total		1.774.819.680,45

7.2. Benefícios a Conceder

Foram apurados os seguintes valores anuais relativos aos benefícios a conceder aos segurados e dependentes, já considerando a estimativa quanto ao recebimento do COMPREV:

		R\$ 1,00
Tipo de Benefício	VABF	
Aposentadoria Normal		869.534.296,69
Aposentadoria por Invalidez		2.365.954,90
Pensão por Morte de assistido e salário família		409.237.520,51
Pensão por morte de ativo		16.357.488,16
Auxílio doença		49.824.524,08
Salário família		15.960,36
Salário maternidade		9.889.993,29
Auxílio reclusão		867,48
Total		1.357.226.605,47

7.3. Folha de Salários anuais:

Foi apurado o valor anual de R\$ 2.845.000.924,74 para a folha de salários referente aos segurados não iminentes.

7.4. Contribuições anuais:

De acordo com o Plano de Custeio, o valor esperado anualmente para as contribuições é de

		R\$ 1,00
Contribuintes	Repartição	
Patrocinador (*)		2.694.526.560,25
Servidor ativo Efetivo		312.950.101,72
Servidor Inativo		72.526.180,78
Pensionistas		8.859.773,87
Total		3.132.046.285,92

(*) Parte aportado pelo Tesouro.

Foi admitido que dessas contribuições, 2% seriam destinados à administração.

8. Provisões Matemáticas

Considerando que o regime financeiro adotado foi o de Repartição Simples, o valor das provisões matemáticas é igual a zero

9. Parecer Atuarial

Considerando que a base de dados foi criticada e acertada de acordo com a orientação dos responsáveis pela informação, consideramos a base de dados tenha qualidade aceitável para o desenvolvimento da avaliação atuarial.

Mesmo assim, recomendamos a realização de recadastramento dos segurados e dependentes para acerto das informações faltantes ao cadastro.

Por tratar-se de plano de benefícios concebido na modalidade de benefício definido poderá ter seu custo variável em função da não verificação de hipóteses atuariais, ingresso ou retirada de segurados.

Considerando a escolha do regime financeiro de repartição simples, não há provisões matemáticas a contabilizar.

Considerando o Plano de Custeio, caberá ao Ente o aporte de recursos que venham a faltar para a cobertura das despesas previdenciárias.

Aproveitamos, ainda, para ressaltar a importância das seguintes providências a serem adotadas:

- da estruturação administrativa do Instituto de Previdência;
- da construção de banco de dados contendo as informações necessárias ao desempenho das funções do Instituto;
- do trabalho de Compensação Previdenciária de forma a permitir a apuração adequada dos valores a receber e a pagar;
- acompanhamento mensal da massa de servidores e dependentes, bem como dos compromissos do Instituto.

Anexo I

Projeção Atuarial de receitas e despesas previdenciais

Ano	Receitas	Despesas	Saldo Financeiro	Saldo Acumulado
2008	3.132.046.285,92	3.132.046.285,92		
2009	3.236.863.990,89	3.236.863.990,89		
2010	3.343.146.860,26	3.343.146.860,26		
2011	3.447.852.370,76	3.447.852.370,76		
2012	3.549.363.667,73	3.549.363.667,73		
2013	3.655.225.853,61	3.655.225.853,61		
2014	3.744.571.720,99	3.744.571.720,99		
2015	3.832.548.821,89	3.832.548.821,89		
2016	3.905.811.402,34	3.905.811.402,34		
2017	3.975.670.886,23	3.975.670.886,23		
2018	4.036.385.746,73	4.036.385.746,73		
2019	4.083.918.482,97	4.083.918.482,97		
2020	4.114.940.659,75	4.114.940.659,75		
2021	4.129.970.302,01	4.129.970.302,01		
2022	4.134.231.633,21	4.134.231.633,21		
2023	4.125.596.277,42	4.125.596.277,42		
2024	4.113.071.261,04	4.113.071.261,04		
2025	4.090.093.398,47	4.090.093.398,47		
2026	4.052.206.609,16	4.052.206.609,16		
2027	4.013.332.055,81	4.013.332.055,81		
2028	3.965.509.983,78	3.965.509.983,78		
2029	3.913.678.999,29	3.913.678.999,29		
2030	3.859.416.077,28	3.859.416.077,28		
2031	3.800.433.702,02	3.800.433.702,02		
2032	3.736.152.310,86	3.736.152.310,86		
2033	3.673.760.592,42	3.673.760.592,42		
2034	3.607.339.776,71	3.607.339.776,71		
2035	3.531.397.144,18	3.531.397.144,18		
2036	3.448.971.876,56	3.448.971.876,56		
2037	3.354.308.524,62	3.354.308.524,62		
2038	3.253.276.779,57	3.253.276.779,57		
2039	3.145.673.374,54	3.145.673.374,54		
2040	3.032.946.742,00	3.032.946.742,00		
2041	2.917.414.963,57	2.917.414.963,57		
2042	2.798.184.621,92	2.798.184.621,92		
2043	2.675.779.442,41	2.675.779.442,41		
2044	2.553.122.059,25	2.553.122.059,25		
2045	2.429.972.648,27	2.429.972.648,27		
2046	2.306.276.141,12	2.306.276.141,12		
2047	2.183.079.272,49	2.183.079.272,49		
2048	2.060.625.985,73	2.060.625.985,73		
2049	1.939.242.133,96	1.939.242.133,96		
2050	1.819.284.274,79	1.819.284.274,79		
2051	1.700.962.362,58	1.700.962.362,58		
2052	1.584.691.429,98	1.584.691.429,98		
2053	1.470.600.997,00	1.470.600.997,00		
2054	1.359.054.202,01	1.359.054.202,01		
2055	1.250.554.294,18	1.250.554.294,18		
2056	1.145.361.255,99	1.145.361.255,99		
2057	1.043.868.907,67	1.043.868.907,67		
2058	946.404.556,24	946.404.556,24		
2059	853.387.094,63	853.387.094,63		
2060	765.110.696,72	765.110.696,72		
2061	681.829.122,79	681.829.122,79		

Ano	Receitas	Despesas	Saldo Financeiro	Saldo Acumulado
2062	603.813.994,69	603.813.994,69		
2063	531.184.671,22	531.184.671,22		
2064	464.115.473,79	464.115.473,79		
2065	402.582.504,15	402.582.504,15		
2066	346.590.583,69	346.590.583,69		
2067	296.130.508,24	296.130.508,24		
2068	251.001.340,14	251.001.340,14		
2069	211.012.670,35	211.012.670,35		
2070	175.919.516,29	175.919.516,29		
2071	145.408.685,78	145.408.685,78		
2072	119.154.090,21	119.154.090,21		
2073	96.790.805,08	96.790.805,08		
2074	77.933.875,62	77.933.875,62		
2075	62.194.359,28	62.194.359,28		
2076	49.186.448,45	49.186.448,45		
2077	38.540.333,33	38.540.333,33		
2078	29.910.342,24	29.910.342,24		
2079	22.980.779,38	22.980.779,38		
2080	17.468.469,81	17.468.469,81		
2081	13.125.376,28	13.125.376,28		
2082	9.738.316,74	9.738.316,74		